



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**2ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0001968-18.2019.8.17.2470**

AUTOR: WENDERSON VELBER VASCONCELOS DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**DESPACHO**

Rh.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Intime-se a parte autora, por meio de seu causídico, para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, objetivando juntar aos autos comprovação da negativa do réu em proceder a cobertura securitária em favor do autor, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, P. único do CPC.

Decorrido o prazo, voltem conclusos.

Cumpra-se.

O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, §4º do CPC c/c art. 93, inciso XIV, CF/88, bem como de acordo com os atos ordinatórios definidos no Provimento nº 08/2009 do Conselho da Magistratura do TJPE.

Carpina – PE, 19/08/2019.

MARCELO MARQUES CABRAL

Juiz de Direito







Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105

2ª Vara Cível da Comarca de Carpina

Processo nº 0001968-18.2019.8.17.2470

AUTOR: WENDERSON VELBER VASCONCELOS DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**INTIMAÇÃO DE DESPACHO**

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 2ª Vara Cível da Comarca de Carpina, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID49483634, conforme segue transcrito abaixo:

*"[DESPACHO Rh. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Intime-se a parte autora, por meio de seu causídico, para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, objetivando juntar aos autos comprovação da negativa do réu em proceder a cobertura securitária em favor do autor, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, P. único do CPC. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Cumpra-se. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, §4º do CPC c/c art. 93, inciso XIV, CF/88, bem como de acordo com os atos ordinatórios definidos no Provimento nº 08/2009 do Conselho da Magistratura do TJPE. Carpina – PE, 19/08/2019. MARCELO MARQUES CABRAL Juiz de Direito]"*

CARPINA, 22 de agosto de 2019.

JOSE WIGENES AIRES JUNIOR  
2ª Vara Cível da Comarca de Carpina



Anexo em PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE CARPINA-PE.

**WENDERSON VELBER VASCONCELOS DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, mototaxista, portador do CPF nº 129.927.324-60, Cédula de Identidade RG nº 7823330 SDS-PE, residente e domiciliado na Rua S, n 17, Santo Antônio, Carpina, CEP 55814-130, por seus bastantes procuradores e advogados “in fine” assinados, legalmente constituídos na forma definida pela procuração Adjudicia, em anexo, com endereço profissional na Avenida Joaquim Pinto Lapa, nº 432, Santo Antônio, Carpina-PE, CEP 55814-600, onde receberão citações e intimações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em resposta à intimação ref. ao despacho de ID 49483634, requerer:

### **PROSSEGUIMENTO DO FEITO**

Pelas disposições de fato e direito abaixo transcorridas.

#### **DO INTERESSE DE AGIR E RAZÃO DA NÃO APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

Inicialmente se analisa a alegação de necessidade de prévia interposição de pedido administrativo como condição para o prosseguimento do feito.

A obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas.

1

Fone: (81) 99874-4192 / 99510-7387 / 98580-0730  
E-mail: cavalcantimoura.adv@gmail.com





Ademais, a previsão expressa da Carta Magna tem prevalência sobre qualquer legislação ordinária, porque retrata as garantias fundamentais que visam resguardar os direitos individuais e coletivos contra a arbitrariedade do próprio Poder Público.

É entendimento solidificado na Câmara Especial que o acesso à justiça independe do uso prévio da via administrativa:

*Seguro obrigatório. Ausência de requerimento nas vias administrativas. Irrelevância. Obrigação de indenizar inalterada com o advento da Lei n. 8.441/92.*

*A ausência de pedido administrativo ou de comunicação do sinistro não obsta a que o pleito seja encaminhado por via judicial, mesmo porque há preceito constitucional que assegura a análise, pelo Judiciário, de qualquer lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV) (Apelação Cível n. 97.000748-5, Relatora Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, 30/5/1997).*

No mesmo sentido:

Seguro obrigatório. DPVAT. Direito pessoal. Foro competente requerimento administrativo. Dispensa. Valor da indenização. Quantifica em salários mínimos.

[...]

Dispensa-se o requerimento ou prévio esgotamento da via administrativa, pleiteando a indenização securitária, para a propositura de ação judicial (Ap. Cível Sumário 10000120060213859, Rel. Juiz Raduan Miguel Filho, J. 12/06/2007)



BARBOSA DE MOURA & CAVALCANTI  
ADVOGADOS



Seguro obrigatório. DPVAT. Requerimento administrativo. Dispensa. Valor da indenização. Quantifica em salários mínimos. Recurso. Intuito protelatório. Litigância de má-fé. Reconhecimento.

Dispensa-se o requerimento ou prévio esgotamento da via administrativa, pleiteando a indenização securitária, para a propositura de ação judicial [...] (Ap. Cível Suma 10000120060100779, Rel. Juiz Raduan Miguel Filho, J. 03/04/2007)

Outrossim, é dispensável o prévio esgotamento da via administrativa por meio do protocolo de requerimento pleiteando a indenização securitária para a propositura de ação judicial. Não podendo a falta da negativa administrativa ser caracterizada como defeito ou irregularidade, para proceder com a extinção do feito sem julgamento do mérito fundamentando-se no artigo 321, P. único do CPC.

Em julgamento de recurso de apelação de processo oriundo da 2ª Vara Cível de Naviraí, os desembargadores da 2ª Câmara Cível do TJMS reconheceram a existência de divergência em relação à matéria e determinaram a instauração do incidente de uniformização de jurisprudência.

Instaurada a uniformização, o feito seguiu para a Seção Especial Cível, órgão julgador do TJMS composto por desembargadores integrantes das câmaras cíveis, e competente, de acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias, para analisar os incidentes de uniformização de jurisprudência.

Relatado pelo Des. Vilson Bertelli, e com a composição de mais 18 desembargadores, o julgamento do incidente determinou o posicionamento do TJMS pela desnecessidade de prévio requerimento na esfera administrativa para ingresso de ação judicial a fim de resgatar o seguro DPVAT.

Para sedimentar tal entendimento foi redigida a Súmula de nº 4:

3

Fone: (81) 99874-4192 / 99510-7387 / 98580-0730  
E-mail: cavalcantimoura.adv@gmail.com





*Não há necessidade de prévio requerimento administrativo para o ajuizamento de demanda relativa à cobrança de seguro vinculado ao DPVAT.*

Isso representa, para o cidadão vítima de acidente de trânsito, maior segurança jurídica ao ingressar com uma demanda de recebimento do Seguro DPVAT sem ter feito o requerimento administrativo, pois o posicionamento pacificado do Poder Judiciário de MS já é pela desnecessidade deste. Além disso, a súmula garante maior celeridade no julgamento de sua causa, uma vez que o juiz não precisará mais se debruçar detidamente sobre essa questão no processo.

Importe salientar que em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

*APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.*

*1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.*

*2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a*





BARBOSA DE MOURA & CAVALCANTI  
ADVOGADOS



*esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível N° 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).*

*APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5°XXXVCF.*

Diante de o exposto, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

#### DO PEDIDO

Por todo o supramencionado, reitera o pedido de prosseguimento do feito sem a juntada da negativa administrativa, com a citação da requerida, para que compareça à audiência previamente designada, apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação da requerida ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor

5

Fone: (81) 99874-4192 / 99510-7387 / 98580-0730  
E-mail: cavalcantimoura.adv@gmail.com



**BARBOSA DE MOURA & CAVALCANTI**  
**ADVOGADOS**



total do débito e demais cominações legais.

Nestes termos;

Pede deferimento.

*Carpina-PE., 29 de agosto de 2019.*

**Kléber Moura Cavalcanti**  
**OAB/PE-41.250**

**Ayanny Cavalcanti Moura**  
**OAB/PE- 37.908**



Juntada de laudo comprobatório referente a atual situação de saúde do Requerente.





**Armindo Moura**  
HOSPITAL GERAL

Nome: **WENDERSON VELBER VASCONCELOS DO NA LOMEN** (152/024)  
Procedência: **ENFERMARIA (P/ DENTE INTERNO)**  
Enfermaria: \_\_\_\_\_ Leito: \_\_\_\_\_  
Unidade de Internação: **013 - Ortopedia/Traumatologia**

Admissão: **321985**

Data: **21/08/2019**

**PACIENTE APRESENTA SEQUELA DE FRATURA LUXAÇÃO DE ARTICULAÇÃO INTERFALANGEANA DISTAL DO 4 QUIRODACTILO DIREITO, REGA DOR, AO EXAME FÍSICO APRESENTA RIGIDEZ ARTICULAR, COM BLOQUEIO DA ADM EM EXTENSAO, SEM COMPROMETIMENTO DA AIEP E DA MTCE. INDOLOR À PALPAÇÃO PERIARTICULAR DA AIFD DO 4 QDD. APRESENTA SEQUELA PERMANENTE.**

CID  
- M84.0  
- M25.6

Relatório Emitido Eletronicamente  
Data: **21/08/2019 às 12:15**

Dr. Alvaro Coelho de Léo  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PE: 25517 / TEOT: 15108

Dr. (a) **HERMES WAGNER**  
CRM:





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**2ª Vara Cível da Comarca de Carpina**

Avenida Presidente Getúlio Vargas, S/N, SÃO JOSÉ, CARPINA - PE - CEP: 55815-105 - F:(81) 36228638

Processo nº **0001968-18.2019.8.17.2470**

AUTOR: WENDERSON VELBER VASCONCELOS DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT

**DESPACHO**

Defiro a AJ.

Considerando que esta Comarca interiorana não possui Central de Mediação e Conciliação, no intuito de prevenir irregularidades futuras ante a não existência de servidor especializado para o cargo de mediador ou conciliador, deixo de atender ao comando do art. 334 do CPC e DETERMINO o seguinte:

I – Cite-se o réu para que, querendo, ofereça resposta no prazo da lei, sob pena de confissão e revelia;

II – Assim que tenha o réu se manifestado, havendo juntada de documentos de mérito, ou arguição de preliminares por parte do mesmo, concedo vistas ao autor para se manifestar na forma e no prazo do art. 350 do CPC. Após, nova conclusão;

III – do mandado de intimação da presente deverá constar a observação de que as partes podem a qualquer tempo realizar acordo extrajudicial ou requerer a designação de audiência de conciliação, no diapasão do espírito do novo Diploma Processual Pátrio.

O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 203, §4º do CPC c/c art. 93, inciso XIV, CF/88, bem como de acordo com os atos ordinatórios definidos no Provimento nº 08/2009 do Conselho da Magistratura do TJPE.

CARPINA, 16 de outubro de 2019



Juiz(a) de Direito

